

## **Por um pedaço de chão A diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a construção do território-rede**

*Marcos Leandro Mondardo\**

### **Da busca por terra às redes de relações sociais**

A partir da década de 1940, gaúchos e catarinenses vivenciaram uma diáspora desterritorializando-se de seus estados de origem em busca de terras, de sonhos, de aventura e de trabalho no Paraná.<sup>1</sup> Esse processo foi resultado da subdivisão das propriedades rurais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina destinadas à exploração, oriunda da herança familiar, resultando no “esgotamento” das terras a serem ocupadas nesses estados e na abertura da fronteira agrícola no sudoeste e oeste paranaense, impulsionado pelo projeto econômico e geopolítico de Getúlio Vargas conhecido como Marcha para Oeste.

Foi nesse contexto que milhares de gaúchos e catarinenses deslocaram-se para o Paraná de carroça, de caminhão e a cavalo, muitos, com suas famílias e com o sonho/objetivo, em sua maioria, de obter um pedaço de chão para reproduzir seu modo de vida assentado, especialmente, na pequena propriedade familiar. A atuação do Estado foi importante para a mobilidade gaúcha e catarinense, constituindo-se em um dos elementos fundamentais para a des-territorialização através da criação, em Francisco Beltrão, em 1943, da Colônia Agrícola General Osório – CANGO. Entretanto, esta também contou com as redes de relações sociais, pois os primeiros migrantes que chegavam ao Paraná e que foram percebendo a possibilidade de obter terras e de “fazer a vida”, voltavam para

---

\* *Professor Assistente da UFBA/Universidade Federal da Bahia e doutorando em Geografia pela UFF/Universidade Federal Fluminense.*

seus estados de origem de onde traziam seus familiares e amigos para a compra de propriedades.

Por isso, iremos analisar o papel das redes de relações sociais no processo de des-re-territorialização de gaúchos e catarinenses para o sudoeste paranaense, especificamente para o município de Francisco Beltrão, entre 1940 e 1970, que resultaram na construção de um território-rede através das relações identitárias, de amizade e de parentesco construídas nas trajetórias socioespaciais. Para Scherer-Warren (2007), as redes de relações sociais são aquelas formadoras de ações coletivas a partir da interação em rede, desde as redes mais “próximas”, formadas no cotidiano, as redes primárias, até as redes secundárias, aquelas formadas em função da “distância” e/ou em função da ausência, vinculadas à amizade, parentesco, religião e vizinhança, por exemplo. Para Gislene dos Santos (2007), as redes sociais na migração são importantes, pois possibilitam apreendermos a experiência cotidiana dos que saem de um lugar para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as estratégias e os recursos que disponibilizam os contatos tecidos no trajeto da migração, as relações de sociabilidade entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo de familiares.<sup>2</sup>

## Trajelórias socioespaciais e des-re-territorialização

Foi conversando com os migrantes, especialmente no município de Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense, entre os meses de janeiro a agosto de 2008, que fomos explorando “memórias da diáspora”<sup>3</sup> através de nossas perguntas, resgatando, assim, trajetórias socioespaciais, estratégias migratórias, projetos de vida e experiências dessa mobilidade. Desse modo, foi que chegamos até Elza Comunello (considerada a quarta moradora “pioneira” desse município), gaúcha, que nos recebeu com muita boa vontade em sua casa e logo começou – indagada por nossas perguntas – a narrar como foi a chegada “naquele tempo”:

Vimos de Nova Prata, Rio Grande do Sul em [19]45, apesar que um ano e pouco a gente ficou em Treze Tília, Santa Catarina; nós chegamos lá [SC] e ficamos na casa de um cunhado e não pudemos comprar terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né! Ele [o marido] se mandô pra cá e daí viemos; fiquemos um ano e pouco em Santa Catarina, daí em [19]46 viemos pra cá. (...). Mas ele queria sair, ele gostava de caçar (...) vivia caçando, eu tenho nojo de ver tatu e bicho do mato (risos). (...) Levemos doze dias, de Treze Tília em Santa Catarina até aqui vindo de carroça. Meu marido veio duas vezes antes de comprar, aí já veio mais gente ver junto lá em Cruzeiro, em Coronel Vivida [PR]. Daí, quando chegaram em Pato Branco [PR] (...) meu marido se encontrou com um conhecido do Rio Grande [do Sul] que morava em Pato Branco (...) o Domingos Zardo, e se acharam lá num buteco comendo pão e salame, daí se olharam um pro outro e, de

repente chegaram e perguntaram: “Escuta, o Senhor não é do Rio Grande?”, o meu marido perguntou junto com o outro lá, e deram de conhecer, daí disse: “Como é que vai? Estou procurando terra. Quero vê se me arrumo um lugarzinho”. Diz ele daí: “Olha, um lugar bonito é Marrecas. Já fizemos o destocamento”. (...) Daí ele [o marido] veio pra cá com esse Domingo Zardo, arrumaram dois cavalo lá (...) e daí compreimo o sítio de um lá (Elza Comunello).

O depoimento da migrante é interessante na medida em que possibilita compreendermos o contexto e as condições em que se processava a mobilidade no período, pois a migração foi sendo feita em “pedaços” e/ou em etapas: do Rio Grande do Sul se deslocavam para Santa Catarina e, após alguns meses e/ou anos, migravam para o Paraná. A necessidade da compra de terra e os baixos preços das mesmas no Paraná demonstram, em parte, como afirma Elza, “não pudemos comprá terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né!”, os motivos da des-territorialização, aliado ao “gosto” (ao comportamento) do marido pela caça, que naquele tempo era abundante em Vila Marrecas (atual município de Francisco Beltrão). Através da “rede de amizade” foi que o marido de Elza migrou com um amigo para o Paraná e no caminho encontrou um conhecido, logo, por ser sul-rio-grandense teve a confiança em buscar a informação sobre terras, o levando a Vila Marrecas, que era, segundo o contato feito, um “lugar bonito para morar”. A informação na migração, através da identificação, foi imprescindível e pôde apontar, como neste caso, onde o migrante iria encontrar oportunidades de inserção social (e territorial) como no caso (nem sempre fácil) da compra de terra.<sup>4</sup> Também os doze dias de viagem de carroça de Treze Tília em Santa Catarina, até Francisco Beltrão no Paraná, demonstram a dimensão e as condições da trajetória espacial para o deslocamento dos colonos.

Outra migrante, Amábili Rosseto, hoje aposentada e com 82 anos, nos informa a sua trajetória socioespacial percorrida:

Vim para Francisco Beltrão em 1946. Eu nasci no Rio Grande [do Sul], em Erechim. Saímos do Rio Grande em 1943 e viemo pra cidade de Caximbo, em Santa Catarina. Daí ficamos lá uns 3 anos e daí viemos pro Paraná. (...). Vim com meu marido e mais um filho. Viemo de caminhão até Pato Branco e de lá viemo de carroça; trouxemo uma novilha e uma mula, 8 dia de viagem. Tivemo que entrá meio roçando, porque era só uma picadinha. (...) daí compramo a terra lá na Linha Eva. Compramo a dinheiro, nós tinha dinheiro. (...) Nós chegamo no lugar e dissemo: “é aqui!” (...) Ele [o marido] queria um sítio onde tivesse morro e pedra pra ele plantar parreira. Aí souberam que aqui tinha e vieram (Amábili Rosseto).

A mobilidade feita em etapas, a exemplo do que também ocorreu na trajetória de Amábili – ao longo de oito dias de viagem, sendo parte do percurso feito de carroça e parte de caminhão –, demonstra que em 1946 as condições de

acesso ao sudoeste paranaense, bem como à Vila Marrecas, eram extremamente difíceis. Verifica-se que a vinda se motivou pela procura de um “sítio onde tivesse morro e pedra pra ele [o marido] plantar parreira” para a reprodução do modo de vida vinculado à cultura de descendentes de italianos com a produção de uvas e vinhos, e que, segundo a concepção da época, a terra “ideal” para essa atividade era aquela com relevo acidentado e solo pedregoso. As condições do *topos* (Vila Marrecas) propiciaram, em parte, essa mobilidade. É claro que a “falta” de terras no Rio Grande do Sul, a pressão demográfica sobre as propriedades, o aumento do preço das terras foram condicionantes (gerais) do contexto da des-territorialização gaúcha para o Paraná.

É importante frisar que toda des-territorialização implica uma re-territorialização em novas bases materiais e simbólicas, em novo contexto, situação e relações (HAESBAERT, 2006). Na des-territorialização gaúcha e catarinense para o sudoeste paranaense as famílias que migraram, em sua maioria, trouxeram consigo recursos (materiais e simbólicos) como estratégia para ajudar na re-territorialização no novo território. Isso pode ser verificado quando Amábili Rosseto complementa a narrativa sobre sua trajetória espacial nos dizendo que:

Sorte que nós levemo a vaquinha de lá [de Santa Catarina]. Dele [Dê-lhe] polenta e leite! Aí um filho por ano, não era fácil. Ainda que trouxemos a semente de lá [de Santa Catarina] pra plantá aqui, porque aqui não tinha nada, ainda bem, porque aí deu pra fazê as primeira rocinha. (...) Aí a gente fazia até queijo, porque nós trouxemo o coalho de lá. Aí compra quatro galinha e começamo na terra. (...) Trouxemo vinte quilo de farinha de milho e a vontade de trabalhar, né! (Amábili Rosseto).

Os recursos e estratégias mobilizados na migração, como animais e sementes que foram trazidos, auxiliaram no desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas e artesanais, aliados à *cultura* de descendentes de italianos que predispunham os sujeitos a desenvolver certas atividades artesanais como a produção de queijos, polentas, vinhos e salames que, concomitantemente, ajudavam na manutenção econômica das famílias através da re-territorialização de uma cultura (do trabalho), que se apropriava simbolicamente do novo território através de novas visões de mundo.

Adolfo João Pedron, hoje com 85 anos, um dos primeiros comerciantes de Vila Marrecas, relata com alegria suas passagens e paragens migratórias, do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e para o Paraná “no tempo das bodegas, dos bares e armazéns”:

Nós viemo em [19]52 pra Marrecas. (...) Viemo de caminhão, de Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, só que demoremo pra chegar porque era tudo valeta e barro, pegamos uns dias de chuva e coisa, foi sofrido, né! (...) Viemos pra cá nós e o meu cunhado, só que o meu cunhado veio antes. Ele chegou um mês

de diferença que nós viemos. (...) Nós saímos do Rio Grande do Sul e fomos direto pra Itá, em Santa Catarina; ali nós abrimos uma loja, nós tinha uma bodega, e lá o lugar era pequeno; Fiquemos uns cinco anos lá e, depois, viemos pra cá. (...) Em [19]48 saímos de lá, eu e o meu cunhado e fomos procurar terra pra Toledo [PR], daí na volta passamos em Pato Branco [PR], mas não gostei de nenhum lugar; aí eu tinha um amigo lá [em Pato Branco, PR] que me disseram: “Vai em Marrecas, lá vai dar um lugar bom”. Vim pra cá, quando era Marrecas, então, gostei e comprei. Nós viemos em [19]52. (Adolfo João Pedron).

A mobilidade em etapas, aliada às redes de relações através da amizade que trouxeram informações de Vila Marrecas, fez parte, também, da trajetória migratória de Adolfo João Pedron. A maioria desses migrantes entrevistados assinalou o sofrimento na migração como condição inerente à des-territorialização, às perdas (de amigos, familiares e lugares), e às condições em que era feita à mobilidade. Se, por um lado, chegar a uma vila onde estava tudo por fazer exigia o esforço e o empenho de muito trabalho, por outro lado, motivava o(s) sujeito(s) pelo vertiginoso crescimento do aglomerado populacional, pelas oportunidades de inserção social que estimularam a mudança de lugar. Adolfo demonstra em sua narrativa que esteve em outros municípios do sudoeste paranaense (Pato Branco) e oeste paranaense (Toledo) e “não gostou”, ou seja, a decisão na escolha de onde iria morar e trabalhar intercalava dimensões objetivas e subjetivas, do trabalho e do abrigo, por exemplo, que o novo lugar lhe proporcionaria, além, é claro, do contato estabelecido através da rede tecida pela e na amizade e das informações obtidas. Para Douglas Massey et al. (apud SANTOS, 2007, p. 54), as forças criadas através dos vínculos de parentesco e de amizade são uma das mais importantes bases da organização social da migração e as conexões familiares são um dos mais *seguros* laços dentro da rede de relação social.

Em outra trajetória, Florinda Cobo Viera, atualmente com 87 anos, afirma que vieram a Francisco Beltrão para acompanhar a família de seu marido:

Chegamos aqui [em Vila Marrecas] em 1946. (...) Nasci no Rio Grande [do Sul], na comunidade Costa do Rio dos Índios, era colônia. Pertencia ao município de Getúlio Vargas onde a gente morava. (...) Lá no Rio Grande do Sul nós morava no interior e trabalhava na roça. Era casada (...) vendemos a terra lá e viemos pra cá. Viemos de caminhão, só uma mudança. Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada. (...) A minha sogra já morava no Santana. Eles que falaram pra nós vir pra cá. Meu véio [marido] que quis vim pra cá. Porque os pais e os irmãos vieram, daí ele também quis vim. Os pais dele tinha vindo bem antes de nós. Compramos a terra aqui daí, com o dinheiro que vendemos a terra lá. Vendemos lá por trinta mil. Naquele tempo não valia nada a terra aqui, era mais barata. (...) Viemos pra cá pra fazê a vida melhor, né!

(Florinda Cobo Viera).

Nesta trajetória percebemos que a migração ocorreu para “acompanhar a família”, no caso, para seguir os pais e irmãos que já estavam no Paraná. Aliado a isso, os baixos preços de terras do Paraná e a facilidade de vender a que detinha no Rio Grande do Sul, ajudou na des-territorialização, na perda do lugar e das relações sociais que ali se desenvolviam. Pois, ao mesmo tempo em que no Paraná, nesse período, podiam-se encontrar terras mais baratas, em grande parte do Rio Grande do Sul, estas encontravam rapidamente compradores: os latifundiários – como nos informou Florinda Cobo Viera – estavam expandindo suas posses e suas produções agrícolas no município de Getúlio Vargas, por exemplo, e com isso se aproveitavam da pressão demográfica sobre a pequena propriedade rural sul-rio-grandense para exercer seu poderio sobre os pequenos proprietários.

Através das redes de relações sociais também podemos perceber a ajuda entre familiares na migração, nos lugares intermediários que antecedem a re-territorialização, como afirmou Florinda: “Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada”, facilitando o processo de travessia até que o território do abrigo (a casa) ficasse pronto para a nova família morar. A casa no novo território foi, além de abrigo, segurança para a re-territorialização, pois a família só pôde se reproduzir em um lugar que lhe propiciasse conforto, segurança e referência territorial, tanto material como simbólica. A ajuda entre familiares na migração, bem como o estímulo a estes para a mobilidade, ocorreu em grande medida através da ajuda, da reciprocidade familiar, da confiança, da troca de incentivos, da informação (mas também dos conflitos) e das oportunidades que podem ser abertas e potencializadas através das redes familiares e de amizades.

A descendente de italianos Hiolanda Tibola Luza nos recebeu em sua casa, um pouco desconfiada e apreensiva, pois “não sabia se iria conseguir responder o que iríamos perguntar”. Entretanto, logo demonstrou que tem uma memória muito rica em detalhes da sua trajetória de vida e, em especial, de sua mobilidade, lembrando momentos da chegada a Francisco Beltrão que a fizeram, em parte de nossa conversa, se emocionar:

Nós viemo do Rio Grande [do Sul] faz quarenta e cinco ano e fomo morá no Pinhalzinho [comunidade localizada na área rural de Francisco Beltrão]. Eu tinha seis filhos quando vim pra cá. Aí tive mais quatro aqui. (...) Ah! Porque aqui diz que era mais bão e, ele [o marido] já como tinha pensando de pôr uma ferraria<sup>5</sup> pra ele mesmo, porque lá, lá ele trabalhava de peão. Ele ficou dezesseis ano como peão lá. E daí ele achô, nós vendemo a nossa terrinha lá e, tinha uma trilhadeira e vendemo e viemo pra cá; e viemo morá no Pinhalzinho. (...) Lá [no Rio Grande do Sul] onde nós moremo era Vila Vanini, hoje município Vanini, lá na minha terra natal. Eu sou do município de Vaporé [Guaporé], né! (Hiolanda Tibola Luza).

Foi a possibilidade de abrir um negócio (uma ferraria) que despertou no marido de Hiolanda o interesse em vir para o Paraná. A possibilidade de sair da condição de empregado no Rio Grande do Sul, para a de trabalhador autônomo no Paraná, aguçou o desejo e o sonho do migrante para a mudança. Contudo, Hiolanda nos informou também sobre os parentes que já estavam localizados em Francisco Beltrão, na comunidade rural de Pinhalzinho, onde acabaram comprando terras e fixando residência:

Nós já tinha dois cunhado que veio na frente de nós, que foram morá em Pinhalzinho, onde nós fomo morá, fiquemo dez ano lá e viemo morá pra cidade. (...) Viemo com duas mudança no caminhão, com porco, galinha, tudo, mantimento. Dimoremo... saímo de lá dia primeiro de abril, às duas hora, aí chegemo era uma da madrugada em Chapecó [SC], aí posemo em Chapecó, no outro dia viemo, viemo até aqui. Que aqui tinha uns primo que trabalhava com o Zanquet Camilotti, e daí, como a estrada não favorecia pra ir pro Pinhalzinho, que era estrada de chão né!, e tinha chovido, daí fiquemo dois dia com o caminhão embaixo na oficina lá. Nós dormia lá com os primo, né! (Hiolanda Tibola Luza).

O contato estabelecido com os cunhados que já estavam em Francisco Beltrão, potencializou a migração e a vinda do casal para a mesma comunidade rural onde já estavam os parentes. Também é interessante ressaltar que a ajuda dos primos no dia da chegada, no oferecimento do pouso – haja vista a impossibilidade de seguir viagem em função das chuvas e das péssimas condições das estradas – foi importante para amenizar as dificuldades da travessia.

A gaúcha Josefina Maria Maffessoni Mezzomo, hoje com 78 anos, nos recebeu em uma varanda ao fundo de sua casa, e relatou os motivos da migração vinculados ao acidente de seu marido que ocasionou a vinda, não planejada e/ou não intencional, da família para Francisco Beltrão:

Eu nasci em Serafina Corrêa, no Rio Grande do Sul. Fica pra lá de Passo Fundo uns cem quilômetros. Meu marido nasceu em distrito de Paraí, pertencente ao município de Nova Prata. Nós viemos pra cá em meio de [19]54, aqui em Francisco Beltrão. Nós morávamos no Rio Grande [do Sul], depois moramos dois anos aqui em São José do Cedro, em Santa Catarina. E daí quando nós viemos pra cá em [19]54. (...) Nós viemos pra fazer futuro, né! Porque lá onde nós tava era poco, né! Porque a gente não se arrumava trabalho, né! Então porque nós tava lá no Paraí, então nós tivemos oportunidade de vir pra São José do Cedro, lá a gente conseguiu terra, era fácil de comprar, então a gente tinha um dinheiro e comprou terra lá. Daí a gente adquiriu um lote lá e construiu casa lá e tudo. (...) Depois, lá ele [o marido] caiu, ele tava fazendo uma oficina, um barracão pra madeireira, e então ele [o marido] caiu e se machucou, ele ficou um ano sem caminhar.

E daí então, os irmãos dele moravam aqui [em Francisco Beltrão], foram lá onde nós tava e não queria mais que nós ficasse lá, pra nós ficar junto com os parente, porque nós tava sozinho lá. (...) Aí os irmãos dele tinham vindo antes pra cá, aí eles foram lá pra São José do Cedro e trouxeram nós junto (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

A trajetória da migração, saindo do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, em busca de trabalho e terra barata para comprar, foi transformada por um acidente de trabalho sofrido pelo marido de Josefina, o que ocasionou uma instabilidade na família, mudando os planos, o projeto de vida e o lugar de residência dos mesmos. Tendo em vista que o marido acidentado de Josefina não conseguia mais trabalhar e que estavam na cidade catarinense de São José do Cedro, os familiares (irmãos), que já estavam em Francisco Beltrão, resolveram ir buscá-lo mais a sua mulher por causa do isolamento destes em relação à família e da situação de doença em que se encontravam. A ajuda no interior de uma família, como num caso extremo de doença, faz com que as redes entre irmãos, por exemplo, atuem no sentido de direcionar o migrante e trazê-lo para perto dos seus (familiares), para o território onde estarão próximos para uma maior coesão na ajuda daquele que necessita.

O território em rede foi tecido e tramado pelos laços familiares e possibilita, ainda, visualizarmos e apreendermos “casos extremos” em que a mobilidade está ligada e condicionada pela solidariedade entre irmãos; entre o estar sozinho em um município, sem seus familiares, e o estar junto em outro município com seus parentes que poderão ajudar a reconstruir a vida. A re-territorialização em um novo território foi auxiliada pelas relações estabelecidas de ajuda, amizade e afeto entre irmãos. Segundo Haesbaert (2006), para compreender os processos migratórios, devemos perceber como que o território é construído por uma trama de relações sociais reticulares, na forma de território-rede, numa rede material e imaterial, como produzida pela memória dos migrantes, pelas ajudas financeiras, pelo duo presença/ausência e, também, a partir das trajetórias individuais, na relação com o espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva não-euclidiana, mas com o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território. A rede social, desse modo, é inerente à produção e manutenção do território no processo migratório.

O catarinense Leonel Viera Klump, hoje com 73 anos, com uma “fala mansa” e tomando seu chimarrão, comenta como foi a vinda para Francisco Beltrão, o incentivo e apoio dos irmãos para migrar através da inserção na atividade em que estes já trabalhavam, a pecuária:

Eu nasci no município de Concórdia, Santa Catarina. (...) Eu vim em 1964. Eu vim com três filha e uma nasceu aqui. (...) Ah! Porque lá, no tempo ainda dava pra viver, mais, depois teve um meu irmão que foi lá e me convidou pra vir pra cá, aí né! Tinha dois irmão, já aqui [em Francisco Beltrão]. Eles vieram, em [19]57, já tavam

aí. É que lá não tinha resultado nenhum, né! Nós morava na colônia, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro. (...) Viemo de caminhão, naquele tempo era um Alfa Romeu. Naquele tempo trazia o poco que tinha junto, né! O que cabia no caminhão, as coisinha, né! (...) Eu vendi, eu tinha dez alqueire de terra lá, eu vendi lá e comprei aqui com o dinheiro, né! Aqui tinha mais futuro, né! (...) Desde que cheguei eu fui mexer com porco. Já tinha os irmão que trabalhava com porco e eu também fui mexê, né! Comprava aqueles porco magro e engordava com aquela lavajada. Eu só engordava, e o meu irmão é que comprava, comprava da colonada, era porco solto criado no meio do mato (Leonel Viera Klump).

Com os irmãos já re-territorializados e trabalhando em Francisco Beltrão, Leonel foi incentivado a migrar para Francisco Beltrão; as dificuldades em Santa Catarina, a falta de resultados na agricultura que desenvolvia em contraponto ao crescimento populacional do Paraná, o baixo preço das terras e o apoio dos irmãos na inserção social através da pecuária para trabalhar em outro município, também fizeram com que o catarinense mudasse. Verifica-se que com o processo de “modernização da agricultura” no campo brasileiro, aqueles colonos que não tinham possibilidades de comprar maquinários e nem incentivos do Estado para se manter no campo começaram a migrar, a “desanimar”, sendo a mobilidade uma fuga de um território onde as experiências e expectativas estavam frustradas em relação às expectativas de melhoria em outro território, onde as esperanças/expectativas “eram muitas” e onde os irmãos lhe ofereciam segurança através do trabalho e das relações intrafamiliares. A necessidade e/ou desejo de “fazer um futuro melhor” em outro lugar condicionaram a mobilidade, junto com o processo seletivo que ocorria no campo através da adentrada da “modernização da agricultura” que deixou ainda mais em condições desiguais aqueles que não puderam se modernizar.<sup>6</sup> A alternativa foi a migração, a mudança de lugar e de relações sociais dos que buscavam a melhoria nas condições de vida (o que nem sempre ocorreu).

Salvador Verdi da Costa, gaúcho, 56 anos e aposentado, tem orgulho em nos contar a trajetória de sua família durante a vinda de Soledade, no Rio Grande do Sul, a Francisco Beltrão. Este demonstra que tem um sotaque ainda carregado de “sua terra”, elemento que o diferencia, pois “cultiva” até hoje os hábitos gaúchos como o churrasco, a roupa (quando pode usar) como a bombacha, o lenço no pescoço. Foi sentado ao lado de uma churrasqueira que Salvador narrou a sua migração (quando ainda era pequeno), levado pela vontade que seu pai tinha de obter terras para plantar:

Ah! tchê! Eu vim de Soledade, né! Rio Grande do Sul. Vim com os meus pais, a gente era em doze irmãos, na verdade. (...) foi em 1956. Viemos todos da família. Nós viemos de Soledade direto pra [Francisco] Beltrão. Nós viemos na verdade, na época que nem seria [Francisco] Beltrão, era a Vila Marrecas, que era ali na

Ponte [do rio Marrecas], tinha umas vinte, trinta casa ali, tinha um hotelzinho, tinha uma churrascaria do galetto, isso aqui era mato na verdade. O meu pai foi pegando, naquela época, entrando em Beltrão, porque naquela época era picada, né! Tchê! Pra achar o terreno. Na verdade naquela época o cara quase nem comprava terreno. O cara metia os peito, assim, né! Tchê, pegava o facão, metia uma foice no lugar e fazia uma picada ao redor e, você respeitava (...) O meu pai comprou doze alqueire de terra aquela vez, aqui. Aquilo era praticamente quase dado, baratinho, né! O meu pai vendeu o terreno no Rio Grande do Sul, né! Daí veio aqui e comprou. Até pra trazer o gado nem embarcado não foi, tudo tocado, passado rio e tudo. Tocadito, quatro, cinco cavalo e o gado tudo tocado. A mudança sim veio num caminhão, mas o gado e os cavalo, veio tudo tocado. (Salvador Verdi da Costa).

Salvador demonstrou na narrativa de sua trajetória migratória, a forma como se processava a procura de terras, os anseios de seu pai e o que existia na Vila Marrecas no período. Também ressaltou a forma como traziam a mudança no caminhão e os animais que vinham “tocados”, ou seja, vinham a pé, num percurso que, de Soledade, no Rio Grande do Sul, até Francisco Beltrão, no Paraná, levava dias para ser percorrido, além da “facilidade” (não igual para todos) encontrada para a aquisição de terras.

O gaúcho Alfredo Antonio Presente, aposentado e com 63 anos, se circunscreve no contexto da migração por interesses (sobretudo econômicos) na exploração da madeira e/ou “pinhal” que existiu naquele momento da mobilidade para o Paraná:

Vieimo em 1949 pra [Francisco] Beltrão. Vieimo por causa do Pinhal né! Por causa da madeira. Lá onde nós tava no Rio Grande [do Sul], nós não tinha mais lenha pra queimar, naquela época, pra tu ver; daí nós vieimo pra cá por causa da madeira. Lá falavam muito que aqui tinha bastante madeira. Depois aqui nós serremo alguma madeira pra mandar pra Porto Alegre [RS] (Alfredo Antonio Presente).

Alfredo ressaltou também os baixos preços das terras no Paraná e considera que o que condicionou a vinda de sua família foi o interesse por terras com araucárias, matéria-prima para sua indústria madeireira: a serraria. Por isso, informou como trouxeram e instalaram a serraria em Francisco Beltrão e que as madeiras, isto é, “o pinhal”, foi a “ilusão da época”:

Lá tinha terra, mas não era muito, em torno de uma colônia, não me lembro bem, pra plantar mandioca. Vendemo lá, fizemo um dinheirão; naquele tempo era dinheiro, 180 conto de réis e daí compremo aí [em Francisco Beltrão]. Aqui comprava por preço de banana. Só numa pegada compremo 100 alqueire de pinho, depois fomo comprando mais. Compramo em Nova Concórdia [comunidade do interior de Francisco Beltrão] (...).

Pagamo micharia, a troco de banana. Aí começamo a derrubar pinheiro e serrá. Trouxemo a serraria de lá do Rio Grande [do Sul] também, foi colocado ali. É onde tá os meus primo, até hoje tem serraria. Aquele tempo a ilusão era o pinhal! Que as terra de pinhal na verdade não valia nada, né! Era muito fraca. Só depois foi destacado, colocado o calcário daí sim deu uma melhorada e passou a render mais do que a outra, de morro. A vantagem que era plana. (...) Derrubemo o pinhal, aí foi destocada pé por pé. A madeira vendia, a maioria pra Porto Alegre [RS], lá fazia casa, móveis. Na época dava muito lucro. Daí, depois foi feita uma parte [da terra] de invernada e a maioria ficou pra granja (Alfredo Antonio Presente).

O território para o migrante era um recurso, uma base material com grande fonte de recursos—a madeira, especialmente a araucária que existia em abundância no sudoeste paranaense naquele momento. A migração, o “desbravamento” através da colonização implicou, nesse sentido, grandes destruições e danos à floresta de araucárias no Paraná, desencadeando e acentuando o desmatamento nas florestas brasileiras.

Plácida Adria, professora aposentada pelo município de Francisco Beltrão, descendente de poloneses e com 77 anos, nos informou, em conversa amistosa, os motivos de sua mobilidade:

Lá do Rio Grande [do Sul] eu vim casada. Casei lá no Rio Grande [do Sul] daí vim morar pra cá. No ano de 1953, que chegamo em Francisco Beltrão. (...) Eu vim de Erechim, no Rio Grande do Sul. Lá nós trabalhava tudo na roça, depois que nós viemos pra cá eu fui dar aula e o meu marido começou a trabalhar como marceneiro. Os meus pais vieram uns quatro anos antes que nós viemos pra cá. Os pais, daí tinha um tio meu aqui já antes. Esse tio fez umas quantas viagens pro Rio Grande [do Sul] contando as maravilhas que tinha pra cá, dizendo que aqui era um lugar bom, novo, que tinha oportunidade. Aí nós também era muito ligado aos meus pais e, sabe? Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná. Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mais unida, né! Aí ficou melhor pra se viver também (Plácida Adria).

Um ponto fundamental na rede de relações sociais é a ajuda familiar e a relação afetiva, de solidariedade entre os parentes (o que não retira os conflitos e tensões que também permeiam essas relações). Nesta trajetória migratória verifica-se o papel desempenhado pela informação levada através de um familiar (tio) que tece contatos e representa o território de destino apresentando-o enquanto “ideal”.<sup>7</sup> Por isso é que Plácida Adria (junto com seu marido) se deslocaram para o Paraná, pois, como afirma a migrante: “Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná” para

ficar mais perto dos pais. Os vínculos familiares fortes podem definir o território de destino do migrante; sendo o território uma relação social, a ausência dos familiares (os pais) no Rio Grande do Sul fez com que Plácida Adria se sentisse desencaixada em Erechim; logo, o reencaixe, isto é, a re-territorialização das relações sociais no Paraná, em Francisco Beltrão, se processou com a ajuda dos familiares, como afirma Plácida: “Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mais unida, né! Aí ficou melhor pra se viver também”. Essa ajuda acarretou, portanto, uma reterritorialização funcional (através do trabalho) bem como (e concomitante) uma re-territorialização afetiva no território de destino, pois as relações afetivas familiares potencializaram e possibilitaram – através do maior convívio familiar, das visitas, da ajuda dos parentes – a apropriação simbólica no novo território. Os laços fortes como de pai, mãe e irmãos podem definir um indivíduo como migrante ou não.

## **Na migração, a construção do território-rede através das relações sociais**

As motivações que perpassaram a migração do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o sudoeste paranaense contaram com a presença efetiva das redes de relações sociais, possibilitando a construção e manutenção de um território-rede, tendo na informação e nas relações de amizade e de parentesco, um forte vínculo socioespacial. As trajetórias demonstram condicionantes objetivos como a busca de terras, trabalho e madeira, bem como de elementos subjetivos como o desejo, a aventura, a amizade e/ou afetividade familiar, dentre outros. Através desse movimento migratório podemos compreender o papel das redes de relações sociais na construção de um território-rede que se constituiu numa espécie de “corrente migratória”, estabelecendo vínculos e referências socioterritoriais (entre o lugar de origem e de destino) que foram delineadores de solidariedades e de conflitos, além de constituírem trunfos espaciais – econômicos (dos recursos) e culturais (afetivos, de visões de mundo). Por isso, na condição transitiva da mobilidade espacial, gaúchos e catarinenses mostraram e se mostraram através de suas narrativas, construíram seus itinerários, no tempo e no espaço, através de um tecer ininterrupto de redes sociais configuradas no processo de des-territorialização.

### **Notas**

1 - Este artigo é uma parte revisada de nossa Dissertação intitulada: *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR*, defendida em 2009.

2 - Segundo Helion Póvoa Neto (2002, p. 25), a análise da migração deve considerar a “proliferação de redes sociais”, pois, “todo o deslocamento migratório, mesmo o de sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam, através de redes formais ou informais, pessoas, informações e dinheiro”, conflitos e relações de poder.

3 - Para Ecléa Bosi (1979), a memória na velhice é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: *lembrar* e contar para os mais jovens a sua *história, de onde vieram e o que fizeram e aprenderam*. Na *velhice*, as pessoas tornam-se a *memória* da família, de um município, de um território.

4 - Para Franco Ramella (1995, p. 19), a *difusão da informação* na migração deve estar ligada a vínculos e/ou *contatos sociais fortes* como na amizade e no parentesco, pois “la cuestión de la información – cómo es transmitida y adquirida – constituye el problema central y el soporte del análisis (...) los individuos tienen una información limitada, dependiente de sus *redes de relaciones*”. E, como considera Claude Raffestin (1993, p. 53), no território há *informação e comunicação* que “comandam” as relações sociais no processo de des-re-territorialização.

5 - Ferraria é uma “espécie de oficina” onde se fabrica e conserta ferramentas agrícolas como foice, machado, facão, martelo etc.

6 - A inserção de máquinas na agricultura, no processo de renovação técnica, tecnológica e produtiva através da racionalização da produção agrícola se processou com a alteração da estrutura agrária brasileira acarretando a *concentração* da terra em poucas mãos e expulsando milhares de pequenos agricultores do campo como demonstrado por Brum (1988) e Oliveira (1996) dentre outros.

7 - Goettert (2004, p. 138, [grifos do autor]), considera que “as representações dos lugares assumem, na troca de informações entre *gentes de cá e de lá* – dos possíveis lugares de destino e de origem –, papel importante e, muitas vezes, até determinante na construção de expectativas sobre os *lugares de futuro*. Esta construção se dá, no mais, em duplicidade, uma vez que na elaboração de expectativas positivas ou cautelosas sobre os lugares de *lá* também acabam se projetando expectativas negativas sobre os lugares de *cá*.”

## Referências

- BOSI, E. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: SP. T. A. Editor, 1979.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOETTERT, J. D. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Tese de Doutorado. PPGG- FCT-UNESP: Presidente Prudente, 2004.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MONDARDO, M. L. *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR*. Dissertação de Mestrado. PPGG-UFGD: Dourados/MS, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- PÓVOA NETO, H. As migrações no mundo globalizado: recentes mudanças e tendências. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2002.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMELLA, F. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, p. 9-21.
- SANTOS, G. A. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 51-78.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 29-50.

### RESUMO

Investigamos aqui a diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná das décadas de 1940 a 1970, especialmente, resgatando trajetórias socioespaciais pela memória daqueles/as que migraram em busca de terra. Foi no contexto da política da “Marcha para Oeste” de Getúlio Vargas, com a criação em 1943 da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), e no interior de um tecer ininterrupto de redes sociais entre migrantes, amigos e familiares que essa migração se configurou no processo de des-re-territorialização.

**Palavras-chave:** diáspora; redes sociais; Paraná (Brasil).

### ABSTRACT

We investigated the diaspora of migrants from Santa Catarina and Rio Grande do Sul to Paraná, mainly from the 1940s to the 1970s, recovering trajectories in the socio-spatial memory of those who migrated in search of land. It happened in the context of the “March to the West” during the Presidency of Getúlio Vargas, with the creation in 1943 of General Osorio (CANGO) Agricultural Settlement, and within a process of constituting social networks between migrants, family and friends. This migration is understood according to process of de-territorialization and re-territorialization.

**Keywords:** diaspora; social networks; Paraná (Brazil).